



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

1



PARECER CONTROLE INTERNO

PROCESSO: CONCORRÊNCIA Nº 3/2013-023 SEMOB

OBJETO: SERVIÇO DE ENGENHARIA DE REFORMA DAS PRAÇAS MUNICIPAIS - CHICO MENDES, PRAÇA DE ETE E PRAÇA DE EVENTOS (GRUPO IV), NO MUNICÍPIO DE PARAUAPEBAS, ESTADO DO PARÁ.

I. Síntese.

Tratam os autos de procedimento licitatório realizado na modalidade Concorrência nº 03/2013-023 SEMOB, tendo como objeto Serviço de Engenharia de reforma das Praças Municipais - Chico Mendes, Praça de ETE e Praça de eventos (Grupo IV), no Município de Parauapebas, Estado do Pará, conforme especificações contidas no Edital.

Vieram os presentes autos para a devida análise quanto à homologação do julgamento das propostas comerciais e quanto à viabilidade orçamentária e financeira do objeto.

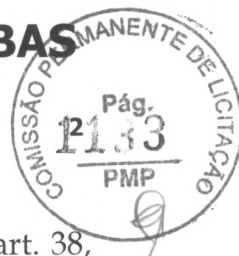
Em síntese, é o relatório.

II. Análise do Processo de Licitação.

1. **Solicitação expressa, da Secretaria Municipal de Obras, em que ficou evidente:**
 - a) Definição clara e precisa do objeto, por meio do Memorial Descritivo;
 - b) A existência da necessidade administrativa da tratada Concorrência;
 - c) A sua oportunidade e conveniência;
 - d) A especificação das condições e prazos.
2. Indicação do objeto e do valor, bem como da confirmação de que o referido recurso está autorizado pela Lei Orçamentária sob a dotação orçamentária;
3. Despacho da **Autoridade Competente** autorizando abertura da fase interna do processo licitatório na modalidade Concorrência (art. 38 da Lei nº 8.666/93);



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



4. Cópia do ato de designação da **Comissão Julgadora da Licitação** (art. 38, III da Lei nº 8.666/93 c/c art. 3º, IV da Lei 10.520/02);
5. **Minuta do Edital, seus anexos, e Contrato**, elaboradas com base nos elementos fornecidos na solicitação inicial (art. 38, I e X da Lei nº 8.666/93 c/c art. 4º, III, da Lei nº 10.520/02);
6. Revisão e Rubrica do Pregoeiro membro da Comissão Permanente de Licitação do Município, nas minutas de edital, seus anexos e contrato (art. 40, § 1º da Lei nº 8.666/93);
7. **Parecer Jurídico**, aprovando as minutas (art. 38, parágrafo único da Lei nº 8.666/93);
8. **Cópia das Publicações** (arts. 21 e 38, II, todos da Lei nº 8.666/93 c/c art. 4º, I, da Lei 10.520/02);
9. **Recibos de entrega do Edital aos interessados** (art. 32, § 5º, segunda parte, da Lei nº 8.666/93 c/c art. 4º, IV, e art. 5º, III, da Lei nº 10.520/02);
10. **Documentos de Credenciamento** para visita técnica (fls. 495 a 513);
11. **Ata de sessão de habilitação**, onde copareceram as empresas: CARVALHO E AMORIN CONSTRUÇÃO DE ESTAÇÕES E TELECOM LTDA - ME e R. C. ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA - EPP.
12. Após abertura dos envelopes, a empresa CARVALHO E AMORIN CONSTRUÇÃO DE ESTAÇÕES E TELECOM LTDA - ME, foi inabilitada por não ter apresentado prova da capacidade técnica profissional de seu representante;
13. Designação do Pregoeiro e equipe de apoio da Licitação;
14. **Ata da Sessão de Julgamento**, no qual foi declarada vencedora a empresa R. C. ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA - EPP, com a proposta de R\$ 861.801,71 (oitocentos e sessenta e um mil oitocentos e um reais e setenta e um centavos), ressaltando que a empresa CARVALHO AMORIN CONSTRUÇÃO DE ESTAÇÕES DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA - ME foi desclassificada por não apresentar planilha orçamentária incompatível



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

3

ao exigido na planilha de preço e não apresentou quadro de identificação de formação e experiência do seu(s) responsável(is) técnico(s), conforme exigência do edital.





III. Conclusão.

Ante o exposto, verificou-se que foram apresentados os elementos que nos parecem pertinentes para a continuação do referido processo. Desta forma, opinamos pela homologação do processo pela Autoridade Competente e **ADJUDICAÇÃO** do objeto ao proponente, bem como pela expressa **AUTORIZAÇÃO** da realização da **DESPESA** e **EMPENHO** (art. 38, VII c/c art. 43, VI, da Lei 8.666/93), e **assinatura do contrato** (art. 64 da Lei 8.666/93) e sua respectiva publicação.

É o parecer.

Parauapebas/PA, 07 de Abril de 2014.


Daniel Benguigui
Agente de controle interno
Dec. nº 011/2014


Iany Coutinho Santos
Controladora Geral do Município
Dec. nº 011/2014